



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Política social e gestão de serviços sociais 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: Word Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-29-4
 DOI 10.22533/at.ed.294200903

1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra intitulada “**Política Social e Gestão de Serviços Sociais 2**” apresenta a continuidade da discussão presente no primeiro livro, que além de abordar aspectos relacionados a Política Social e Gestão de Serviços Sociais evidenciou o processo de trabalho do Assistente Social. O segundo livro reúne uma coletânea, ainda maior que o primeiro, composta por 29 artigos.

Na atualidade, a conjuntura brasileira tem apresentado limitações expressivas desde a elaboração até a garantia da execução das políticas sociais públicas, sobretudo pelo direcionamento do Estado. Mas, é importante salientar que existem diferentes concepções sobre Estado e Política Social, que perpassam também sobre as modificações societárias e possibilitam uma espécie de pluralidade acerca deste tema.

Aos leitores, não assistentes sociais ou envoltos a esta profissão, cabe situar que o Serviço Social é uma profissão norteada por legislações específicas e por um Código de Ética Profissional, que determina atribuições profissionais assegurando que é sua competência “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais”, mas, apresenta-se como um desafio no cotidiano profissional, sobretudo se considerarmos o contexto já exposto das políticas sociais. Por isso, é ainda mais importante a publicação de trabalhos que versam sobre esta temática, tais como aqui serão apresentados.

Este exemplar exhibe diferentes assuntos correlacionados a Política Social, mas com vieses e abordagens divergentes, fator comum a esta narrativa. Para a construção dos respectivos artigos os autores utilizaram diversas metodologias, como por exemplo, pesquisas bibliográficas, análise documental, pesquisas de campo e realização de entrevista, entre outras.

A fim de alinhar a apresentação dos estudos, novamente, optou-se pela divisão dos assuntos por blocos inter-relacionados.

O primeiro bloco trata-se do “**Estado e Políticas Sociais do Brasil: contextos, análises e discussões**” que expõe trabalhos relacionados ao Estado e a Política Social no Brasil. Inicialmente refletindo a divisão social da sociedade capitalista, a fim de subsidiar as discussões seguintes que tratam da política social e das categorias presentes em diferentes políticas públicas.

O segundo intitulado “**Política Nacional e Internacional: análises e perspectivas**” apresenta abordagem nacional e internacional, com ênfase na análise da política de guerra as drogas e no microsseguro.

E o terceiro foi nomeado “**Serviço Social Brasileiro: formação profissional e experiências do estágio supervisionado**” e trata da formação profissional do Serviço Social e expõe as experiências avindas do campo de estágio e da supervisão

acadêmica.

Já o quarto, e, último bloco, “**Serviço Social Brasileiro: mercado de trabalho e outras tendências contemporâneas da profissão**” evidencia o mercado de trabalho do Assistente Social no Brasil e suas tendências, principalmente apontando o agravamento das expressões da “questão social”, os rebatimentos no processo de trabalho e outras discussões contemporâneas que perpassam esta profissão.

Por fim, e não menos importante, percebe-se que os autores deste livro advêm de diversos estados, com distintas experiências, formações profissionais e institucionais. Logo, as variadas perspectivas geram abordagens plurais, que positivamente influem no enriquecimento e na qualidade deste material. De mais a mais, espera-se que este livro acresça o debate contemporâneo da Política Social e a formação/atualização profissional dxs Assistentes Sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL: CONTEXTOS, ANÁLISES E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 1 1

CONSERVADORISMO: IDEOLOGIA E ESTRATÉGIA POLÍTICA DAS CLASSES DOMINANTES

[Jamerson Murillo Anunciação de Souza](#)

[Marcelly Batista de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009031

CAPÍTULO 2 12

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL E OS DESAFIOS FRENTE AO DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS

[Mariane Rodrigues Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009032

CAPÍTULO 3 23

PROTEÇÃO SOCIAL: EXCURSO BIBLIOGRÁFICO SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE RECONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO

[Thaís Gaspar Mendes da Silva](#)

[Neide Aparecida de Souza Lehfeld](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009033

CAPÍTULO 4 34

QUESTÃO SOCIAL NA ATUALIDADE E NOVOS DESAFIOS A TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO BRASIL

[Paula Maria do Nascimento Masulo](#)

[Maria Dione Carvalho de Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009034

CAPÍTULO 5 46

ESCRavidão CONTEMPORânea E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO MEIO DE GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

[Sara de Oliveira Sousa](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009035

CAPÍTULO 6 56

IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA VIDA DAS MULHERES BRASILEIRAS: REFLEXOS DE UMA DESIGUALDADE DE GÊNERO

[Ariele França de Melo](#)

[Andressa Sonja Pereira de Castro](#)

[Jéssica Katariny Oliveira da Silva](#)

[Shirlany Sayonara França Bezerra](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009036

CAPÍTULO 7 63

TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E PAPÉIS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

[Suzane Rodrigues da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009037

CAPÍTULO 8 75

AS AMEAÇAS AO CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

[Jinadiene da Silva Soares Moraes](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009038

CAPÍTULO 9 88

APOIO MATRICIAL E INSTITUCIONAL ENTRE REDES E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS AO SUS E AO SUAS

[Fabiana Nunes Merhy-Silva](#)

[Eduardo Mourão Vasconcelos](#)

[Gastão Wagner de Sousa Campos](#)

DOI 10.22533/at.ed.2942009039

CAPÍTULO 10 103

OS DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH)

[Maria Roberta Medeiros Angelim](#)

[Sandra Amélia Sampaio Silveira](#)

[Lúcia Maria Patriota](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090310

CAPÍTULO 11 115

AS CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL E A PERSPECTIVA NEOCONSERVADORA E OS DESMONTES DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO BRASILEIRO

[Adriano Pereira Basilo de Oliveira](#)

[Moisés Maia Rangel](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090311

CAPÍTULO 12 128

GESTÃO PEDAGÓGICA PARTICIPATIVA EM UM ESPAÇO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

[Simone Martiningui Onzi](#)

[Daianny Madalena Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090312

CAPÍTULO 13 143

RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

[Eliana Almeida Soares Ganam](#)

[Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos Moreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090313

POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 14 155

A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: TRABALHADORES DO TRÁFICO

[Mayara Maria Alonge dos Santos](#)

DOI 10.22533/at.ed.29420090314

CAPÍTULO 15 170

ANÁLISE DA VIABILIDADE DO MICROSSEGURO EM PORTUGAL

Vitor Miguel Monteiro Marques

Jorge Miguel Ventura Bravo

DOI 10.22533/at.ed.29420090315

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EXPERIÊNCIAS
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

CAPÍTULO 16 184

ENTRE NÓS E FIOS: REFLEXÕES SOBRE OS ENTRAVES E ESTRATÉGIAS PARA A
REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Márcia Toledo Salvaia

DOI 10.22533/at.ed.29420090316

CAPÍTULO 17 194

DIMENSÃO INVESTIGATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DE DISCENTES INSERIDOS NO ESTÁGIO
CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Patrícia Albuquerque de Oliveira Rocha

Franciele Santos Mendonça

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.29420090317

CAPÍTULO 18 208

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM
PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS

Jaqueline de Melo Barros

Gabriellen da Costa Lourenço

Hegles Pereira do Nascimento

Nathália de Jesus Januário Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.29420090318

**SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: MERCADO DE TRABALHO E OUTRAS
TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PROFISSÃO**

CAPÍTULO 19 217

DA CRISE À INVIABILIZAÇÃO? DEBATE SOBRE A CRISE DA HEGEMONIA DO PROJETO ÉTICO-
POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Ivelize Oliveira Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.29420090319

CAPÍTULO 20 231

DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA
CONTRARREFORMA: DO DOMÍNIO ÀS POSSIBILIDADES DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Giliane Alves de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.29420090320

CAPÍTULO 21 243

INDICADOR: UM DESAFIO POSSÍVEL PARA A QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO

SOCIAL

Roberta Vilela Moreno
Vânia de Sousa Costa
Neide Anselmo de Oliveira
Maria Teresa Di Sessa Pandolfo Queiroga Ribeiro
Elaine Fonseca Amaral da Silva
Virgínia Corrêa Pinheiro
Kátia Campos dos Anjos
Angela Maria Agostinho de Melo
Andreia Santos Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.29420090321

CAPÍTULO 22 254

TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: APROXIMAÇÕES INICIAIS AOS INDICADORES NACIONAIS, ESTADUAIS E REGIONAIS

Carlos Antonio de Souza Moraes
Gabriela Mendes Moreira Schocair

DOI 10.22533/at.ed.29420090322

CAPÍTULO 23 269

SEGURANÇA NO TRÂNSITO: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura
Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.29420090323

CAPÍTULO 24 282

NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU! REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS E CREAS DE DUQUE DE CAXIAS

Liandra Lima Carvalho
Aine Layza Ferreira de Lima Franco
Amanda Silva Pereira
Andrew da Silva Pinheiro Santos
Bruna da Silva Costa
Celeide Blanco Ferreira
Cristiane de Faria Mariano
Fabiana Gonçalves da Silva
Glaucia Vianna dos Santos
Isamara Dias dos Santos
Michelle da Silva Pereira Charret
Noemi Carvalho de Lima
Roselene Thomaz Cardoso de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.29420090324

CAPÍTULO 25 293

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS-RJ

Sueli do Nascimento
Geovana Nogueira da Silva Cappelle do Valle
Rafaela Bastos
Thaína Guadepule Simões

DOI 10.22533/at.ed.29420090325

CAPÍTULO 26	306
SERVIÇO SOCIAL; MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	
Mayra Hellen Vieira de Andrade	
Maria Gabrielle Chaves	
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento	
Maria Gabriella Florencio Ferreira	
Laianny Cordeiro Silva de Souza	
Thayane de Vasconcelos Soares	
Nathália Pereira Paredes	
DOI 10.22533/at.ed.29420090326	
CAPÍTULO 27	313
CONCEPÇÃO E INSTRUMENTALIDADE DO ASSISTENTE SOCIAL NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM FAMÍLIA	
Gisele Justiniano de Faria Martins	
Aurea Bastos Davet	
DOI 10.22533/at.ed.29420090327	
CAPÍTULO 28	326
UM OLHAR SOBRE O SERVIÇO SOCIAL E O CAMPO SÓCIO JURÍDICO	
Gabriela Santos Gomes	
Pedro Leonardo Cedrola Vieira	
Karolayne Gomes Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.29420090328	
CAPÍTULO 29	338
A ESCOLHA POR COR/RAÇA NO PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS	
Ana Lucia Oliveira Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.29420090329	
SOBRE A ORGANIZADORA	350
ÍNDICE REMISSIVO	351

SEGURANÇA NO TRÂNSITO: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Data de aceite: 25/02/2020

Bruna Mariana Oliveira dos Santos Moura

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-Sergipe

<http://lattes.cnpq.br/6029701504892524>

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-Sergipe

<http://lattes.cnpq.br/4156922324909615>

RESUMO: Este trabalho debate sobre os acidentes de trânsito na sociedade contemporânea, enquanto um grave problema de saúde pública, mostrando a segurança no trânsito como um importante espaço da atuação do assistente social. Trata-se de um exame que teve como base o método materialista histórico-dialético, e que no trajeto de discussão e análise dos dados, utilizou-se as pesquisas bibliográfica e documental. Os dados obtidos foram capturados em órgãos governamentais, de autores que discutem a temática, de observações realizadas durante o estágio supervisionado no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), além de informações oriundas de setores do HUSE.

PALAVRAS-CHAVE: segurança no trânsito, acidentes de trabalho, Serviço Social

TRAFFIC SAFETY: ELEMENTS FOR DISCUSSION OF SOCIAL WORKER PERFORMANCE

ABSTRACT: This paper discusses traffic accidents in contemporary society as a serious public health problem, showing traffic safety as an important space for social workers. This is an examination based on the historical-dialectical materialist method, and in the course of discussion and data analysis, the bibliographic and documentary researches were used. The data obtained were captured in government agencies, authors discussing the theme, observations made during the supervised internship at the Emergency Hospital of Sergipe (HUSE), as well as information from sectors of HUSE.

KEYWORDS: Traffic Safety, Workplace Accidents, Social Work

1 | INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão cuja atuação foi se modificando ao longo da história e de diferentes conjunturas. Dessa forma, acompanha a dinâmica da sociedade capitalista e insere-se na divisão social e técnica do trabalho, a partir de uma demanda

social que lhe confere utilidade (YASBEK, 2009), atuando nas diferentes expressões da questão social. De acordo com as Diretrizes Gerais que norteiam a formação profissional, “[...] o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista”. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.60). Fazendo parte dessa dinâmica vem, ao longo dos anos, sofrendo os rebatimentos das mudanças que se processaram na sociedade desde a gênese da profissão até os dias atuais, repensando e avançando na forma de compreender a realidade na qual está atuando. Neste processo, reconfiguram-se e ampliam-se espaços sócio ocupacionais que vão indicar a necessidade de repensar estratégias de ação, que adentrem para além da execução de políticas sociais consideradas comuns no âmbito da ação profissional. Uma dessas possibilidades pode estar diretamente relacionada com a segurança no trânsito, principalmente diante do que vem ocorrendo nas últimas décadas do século XX, com a expansão do capitalismo e todo processo de urbanização que se intensificou, estando a questão dos acidentes de trânsito intrinsecamente relacionada com um dos problemas de saúde pública. Só a título de ilustração, um estudo realizado, em 2009, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou, em 178 países do mundo, que ocorreram 1,3 milhões de mortes e mais de 50 milhões de sequelados, em decorrência de acidentes de trânsito. Segundo dados do Ministério da Saúde, “a cada ano, cerca de 45 mil pessoas perdem suas vidas em acidentes de trânsito no Brasil. A violência envolvendo particularmente motociclistas está se tornando uma epidemia no país”. (BRASIL, 2015, n.p). Ou seja, trata-se de um tema de extrema importância e cujo debate deve envolver diferentes segmentos da sociedade, dentre eles os assistentes sociais.

A possibilidade e importância do trabalho do assistente social na segurança no trânsito, tornou-se mais visível a partir do estágio supervisionado desenvolvido no Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), que permitiu algumas reflexões sobre a realidade dos pacientes vítimas de acidentes de trânsito, inicialmente como forma de subsidiar a elaboração do referido projeto, mas que acabou tendo outros desdobramentos que conduziram a reflexões maiores sobre a realidade dos acidentes de trânsito em âmbito nacional e local, além de despertar inquietações sobre a atuação do assistente social na área de segurança e educação no trânsito.

A investigação de caráter quali-quantitativo foi realizada no ano de 2017, teve como referência o método materialista histórico-dialético, e no trajeto de discussão e análise dos dados, utilizou-se das pesquisas bibliográfica e documental. Os dados foram obtidos em órgãos governamentais, capturados de autores que discutem a temática, e por meio de observações realizadas durante o estágio supervisionado, além de informações oriundas de setores do HUSE.

2 | DESENVOLVIMENTO

No mundo moderno tem sido cada vez mais frequente a disputa pelos espaços, principalmente no meio urbano. O modo de produção capitalista e sua lógica perversa da lucratividade acaba interferindo diretamente na forma de viver e pensar das pessoas, que cada vez mais se preocupam com a agilidade na execução de suas tarefas, na busca pela resolutividade imediata de demandas. Nos últimos séculos, fica cada vez mais evidente o estímulo à rapidez e à eficiência de processos e procedimentos, cujo propósito é a busca pelo lucro, mas que acabam por interferir nas diferentes instâncias da vida social. Autores como Moraes e Silva (s.d), Lima et al (2015) dentre outros, afirmam que estas questões resultam em fenômenos como a violência no contexto social que se materializa de diversas maneiras e em variados espaços sociais, dentre eles o trânsito. Como afirmam Buns et. al (2015) a otimização do tempo no capitalismo é fundamental e o uso do automóvel e/ou outros meios de transporte significa deslocamentos mais rápidos.

Lima et. al (2015) mostram que, sobretudo após 1950, pós Segunda Guerra Mundial, considerando-se as particularidades de cada país, o automóvel torna-se um elemento de fetiche a ser consumido em todo o mundo. Além disto, neste momento, observa-se um grande êxodo rural o que intensifica o povoamento das cidades e a intensificação do tráfego. Paralelo a isto, o mundo vivencia diversas mudanças em seu regime de acumulação de riqueza, a partir das mudanças processadas na forma de regulação do trabalho. No Brasil, com a implantação da indústria automobilística nos anos de 1960 e o crescimento das cidades, passou-se a priorizar o transporte individual, o que intensificou os problemas relativos ao trânsito.

Todo esse processo trouxe impacto à mobilidade urbana, um dos direitos à cidade, que deve ser garantida com segurança e responsabilidade e que vem sendo cada vez mais comprometida, não somente pela ânsia capitalista pela acumulação, mas também pela ausência de políticas públicas que possam diminuir os impactos causados pelo desenvolvimento. Acaba-se, assim, gerando “[...] uma disputa pelo espaço físico, que reflete uma disputa pelo tempo e pelo acesso aos equipamentos urbanos, - é uma negociação permanente do espaço, coletiva e conflituosa”. (VASCONCELOS, 1985 apud BRUNS et al., 2006, p.8). Neste contexto, o que se tem vivenciado é o aumento dos índices de Acidentes de Trânsito (AT).

De acordo com Relatório sobre a Situação Global da Segurança no Trânsito publicado pela Organização Mundial da Saúde em 2015, os acidentes de trânsito continuam sendo uma das principais causas de mortes e lesões. Em 2013, em todo o mundo, foram mortas 1,25 milhão de pessoas e lesionadas até 50 milhões por ano, sendo que mais de 90% das vítimas são de países em desenvolvimento, que detêm apenas 54% dos veículos de todo o mundo (BRASIL, 2015). Ou seja, os

dados mostram que nos países desenvolvidos, a tendência tem sido a diminuição do número de acidentes de trânsito. O referido relatório informa que “as taxas mais baixas são registradas na Região da Europa, especialmente entre os países de alta renda, muitos dos quais têm conseguido, com bastante sucesso, atingir e manter a redução das taxas de mortalidade apesar do aumento da motorização”. (BRASIL, 2015, p.3). Mostrou, também, que metade das mortes por acidentes estão nos três grupos mais vulneráveis no trânsito: pedestres (2%), ciclistas (4%) e motociclistas (23%).

Marin e Queiroz (2000) mostram que nos países subdesenvolvidos e emergentes a maior parte das mortes acontece com pedestres, já em países desenvolvidos há predominância de veículos particulares ou mesmo qualidade no transporte público. Queiroz e Oliveira (2003, p.120) acrescentam que em nível global, de cada 100 mortes por Acidentes de Trânsito (AT) 70 acontecem em países subdesenvolvidos. Segundo os autores, a “[...] grande diferença nos níveis de AT entre países desenvolvidos ou em desenvolvimento está estreitamente vinculada à responsabilidade do poder público em implementar políticas adequadas e fazer cumprir a lei”.

No caso brasileiro, também há uma maior incidência nos acidentes com moto. O Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (OMS), registrou só em 2013 12.040 acidentes envolvendo motociclistas, cuja relação pode estar associada ao crescimento da frota no país. “Entre 2003 e 2013, o número de motocicletas aumentou 247,1%, enquanto a população teve um crescimento de 11%”. (BRASIL, 2015b, n.p). No período de 2008 a 2013 houve um aumento no número de internações em 72,4%, e se considerados os acidentes envolvendo motociclistas esse percentual sobre para 115%.

Em 2013, o SUS registrou 170.805 internações por acidentes de trânsito e R\$ 231 milhões foram gastos no atendimento às vítimas. Desse total, 88.682 foram decorrentes de motos, o que gerou um custo ao SUS de R\$ 114 milhões – crescimento de 170,8% em relação a 2008. Esse valor não inclui custos com reabilitação, medicação e o impacto em outras áreas da saúde. (BRASIL, 2015b, n.p).

No que diz respeito ao perfil das vítimas, dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA, 2011), mostra que dos pacientes atendidos nos serviços de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde nas capitais brasileiras, “78,76% das vítimas de acidente de transporte terrestre envolvendo motociclista são homens, na faixa etária de 20 a 39 anos. Entre os motociclistas ouvidos, 19,6% informaram o uso de bebida alcoólica antes do acidente e 19,7% estavam sem capacete”. (BRASIL, 2015b, n.p).

Os estudiosos apontam alguns fatores que podem estar relacionados com a incidência dos acidentes de trânsito. Um consenso entre eles é que podem ser considerados dois fatores: aqueles gerados em função de questões estruturais, e

os relacionados com as infrações cometidas pelos condutores. No caso brasileiro há, sem dúvida, vários aspectos que interferem estruturalmente na ocorrência dos AT, que passam pela ausência de fiscalização nas estradas e rodovias; a falta de investimentos na segurança e conservação das estradas e rodovias; a extensão geográfica que dificulta bastante a contenção de acidentes; e a deficiente instrumentalização de profissionais para esta fiscalização, além da necessidade de intensificar medidas de educação no trânsito. Segundo Queiroz e Oliveira (2003, p.120) a “[...] grande diferença nos níveis de AT entre países desenvolvidos ou em desenvolvimento está estreitamente vinculada à responsabilidade do poder público em implementar políticas adequadas e fazer cumprir a lei”.

No que concerne às infrações cometidas pelos condutores, os autores indicam algumas questões que envolvem comportamentos, atitudes e níveis de responsabilização dos mesmos. Marin e Queiroz (2000, p. 12) ressaltam que elementos como “[...] lapsos ou comportamentos de esquecimento; 2) erros de julgamento ou observação potencialmente perigosos para outros; 3) transgressões, contravenções intencionais às práticas de segurança no trânsito”, são condutas presentes em todos os AT, ou seja, são aspectos que podem contribuir para o agravamento do problema.

Ainda segundo os pesquisadores, as características dos condutores variam de acordo com a idade, sexo ou mesmo com os objetivos que levam a utilização do transporte (lazer, trabalho etc.). Geralmente condutores adultos acabam cometendo algum tipo de imprudência no trânsito, devido a emergência de realizar atividades, sobretudo no tocante ao trabalho e devido ao estresse diário o que pode provocar atitudes de transgressão das leis de trânsito. Os acidentes de trânsito, no caso de adultos, na maioria das vezes, estão associados “[...] a uma condição perversa imposta pelo mercado de trabalho, que promove estresse e incapacidade do motorista agir com equilíbrio e tranquilidade [...]”. (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2003, p.117). Já os condutores jovens tendem a negligenciar normas de trânsito em função da ideia de que velocidade, independência e liberdade causam sensações de prazer. O que se constata é que independente da motivação tem sido comum em boa parte dos envolvidos em AT, o uso de álcool, de aparelhos celulares, velocidade alta e a não utilização de equipamentos de segurança (cintos e capacetes).

O descumprimento das normas e a adoção de alguns comportamentos que acabam provocando acidentes e a violência no trânsito, não podem ser analisados deslocados das questões estruturais, uma vez que as pessoas sofrem os impactos diretos das condições vivenciadas. Ademais, um país que não tem como prioridade orientar desde cedo as pessoas para o respeito às normas do trânsito, dificilmente terá uma juventude que tenha como preocupação a sua segurança e dos outros.

Como já abordado, há uma relativa diferença entre países desenvolvidos,

subdesenvolvidos e emergentes, no que se refere ao trânsito e aos acidentes que neles acontecem, demonstrando que medidas estatais interferem diretamente nestes índices. Marin e Queiroz (2000) sintetizaram dados de diversas pesquisas sobre o trânsito em variadas partes do mundo e concluíram que os índices de redução de mortes se relacionam com a educação para o trânsito, adotada nos países desenvolvidos e com os serviços de urgências mais eficientes. Jesus e Vieira (s.d) concordam com os autores e exemplificam esta realidade, demonstrando que países de primeiro mundo como Alemanha, mesmo com a ampliação da frota de transportes, não houve aumento do número de mortes por AT.

Outro dado alarmante verificado é o custo de pelo menos 518 bilhões de dólares anualmente gastos com estes acidentes, o que representa de 1% a 3% do PIB de cada país. Trata-se, portanto, de um sério problema de saúde pública, com consequências tão alarmantes que a OMS já considera este fenômeno como uma epidemia. Os dados estatísticos mostram, ainda, que mesmo os acidentes que não levam os envolvidos a óbito, deixam sequelas, significando 6% de sobreviventes com deficiências físicas mundialmente. A maioria deste grupo é composto por homens entre 17 e 29 anos.

Marin e Queiroz (2000) estimam que esses números sejam ainda maiores do que se registrou, tendo em vista que há grande conflito de dados entre os diversos órgãos que contabilizam as ocorrências, ou mesmo pelo fato de que alguns acidentes quando não levam a óbito ou apresentam ferimentos leves, não são notificados junto aos órgãos competentes. Outro fator que interfere nas estatísticas é que alguns países não seguem a orientação da OMS no sentido de contabilizar, até 30 dias, óbitos de pacientes internados por AT. A maioria contabiliza 7 dias, e no caso do Brasil é ainda pior, uma vez que só são notificados óbitos por AT, pessoas que morreram até 3 dias. Ainda segundo os autores, esse sub-registro no Brasil chega de 30% a 100%, a depender de cada região, isto quer dizer, que a mortes e acidentes que ocorrem aqui, podem ter um número dez vezes maior.

Com algumas discordâncias, mas em acordo com a maioria dos pontos sobre causas e consequências abordadas até aqui, os estudiosos da área, a OMS e entidades de regulamentação do trânsito apontam que uma das formas efetivas de combate aos AT, é por meio da educação continuada, que tem papel imprescindível na mudança comportamental em longo prazo. Com afirmam Queiroz e Oliveira (2003, p. 101), “[...] em um nível mais abrangente, a solução do problema de acidente de trânsito requer, sobretudo, a implementação de políticas públicas que levem em conta a dimensão cultural e enfatizem programas de educação para o trânsito”. Entretanto, o mecanismo de prevenção de acidentes por meio da educação só deverá ser eficiente mediante o conhecimento específico da realidade de cada país, cidade, município e da adoção de medidas públicas que auxiliam em deslocamentos

com segurança.

No caso do Brasil, a descentralização e a municipalização aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (COTRAN) preveem ampliar as possibilidades de controle e educação no trânsito. Em consonância com a proposta da OMS, observa-se a necessidade de “[...] um conhecimento maior dos contextos sócio-culturais e psicológicos para o desenvolvimento de programas de capacitação, reabilitação e educação, que promovam um comportamento mais adequado no trânsito, tendo em vista as graves consequências dos AT e o alto custo social que representam. (QUEIROZ, OLIVEIRA; 2003, p.101).

Além das inúmeras mortes e sequelas fisiológicas causadas pelo AT, cabe destacar as consequências no tocante aos fatores econômicos, cujos números são ainda maiores. No Brasil, estima-se que em 2016 o prejuízo com a violência no trânsito foi de R\$ 146,8 bilhões, ou 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), com 33.347 mortes e 28.032 de casos de invalidez permanente. Além de trazer uma demanda para os hospitais, o indivíduo acidentado perde sua autonomia, temporária ou permanentemente. A perda de funções motoras ou a perda de um membro, o impossibilita de realizar muitas de suas atividades rotineiras. Além disto, no período de internamento, este paciente perde contato com familiares e amigos podendo somar-se à enfermidade física outra de caráter psicológica.

No mundo e mais especificamente no Brasil, existem algumas medidas, leis e instâncias que atuam no sentido de prevenir os AT. A lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro é um exemplo disto. Neste, em seu art. 1º., o trânsito é caracterizado como “[...] a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga”. (BRASIL, 1997, p.10). Em seu capítulo segundo na Seção II, art. 7º, está presente a composição e competência do Sistema Nacional de Trânsito, com os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo; II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores; III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; V - a Polícia Rodoviária Federal; VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI. (BRASIL, 1997, n.p).

O Conselho Nacional de Trânsito tem como base a Constituição do Brasil e as orientações contidas na Convenção de Viena e no Acordo do Mercosul, e prevê a educação no trânsito, a ser iniciada nas escolas. Diz o seu Art. 76:

A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º,

2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

O CTB, ainda prevê que essas medidas educativas devem ser exercidas constantemente, tendo em vista que o processo de modificação da cultura do trânsito só deve ocorrer a longo prazo. Desta feita, o art. 78 do Código em questão, salienta que “os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desporto, do Trabalho, dos Transportes e da Justiça, por intermédio do CONTRAN, desenvolverão e implementarão programas destinados à prevenção de acidentes”. (BRASIL, 1997). Assim, além de medidas estruturais necessárias para um trânsito seguro, a educação no trânsito pode ser uma medida de caráter preventivo importante no conjunto de definições de uma política pública de segurança no trânsito.

Muitos autores afirmam que as campanhas periódicas realizadas (maio amarelo, por exemplo), podem não ter resultado tão significativo, por seu caráter efêmero, focalizado em públicos específicos (sobretudo os que ainda não são condutores). Marin e Queiroz (2000) salientam que uma nova cultura no trânsito só é possível mediante medidas eficazes de educação continuada, além de mecanismos que criem, equipem e fortaleçam os sistemas de monitoramento do trânsito, isto por intermédio do conhecimento analítico sobre as causas individuais e estruturais dos AT. Cabe salientar que a mudança que se espera no sentido de diminuir a mortalidade nos acidentes de trânsito, necessariamente precisa acontecer por via de uma adesão nacional de combate a esta problemática. Fazer valer o CTB em sua totalidade trata-se de um desafio a ser vencido, já que, medidas paliativas pouco ou nada valem para a modificação deste cenário. A ideia é que, todas as instâncias sociais, políticas, educacionais (Ministério da Educação, Ministérios do Transporte, da Saúde, da Educação, da Justiça) estejam equipadas para conter esta realidade. O controle na mídia também é importantíssimo para este combate, uma vez que comerciais que estimulam o consumo de bebidas alcoólicas, ou mesmo propagandas de carros (e seus motores ágeis), só contribuem para fomentar a acumulação do capital, na medida em que se incentiva o consumo, a ideia de prazer, e de uma falsa liberdade, o que pode potencializar ainda mais a “cultura” de transgressão da lei.

Além disso, conforme apontam Queiroz e Martin (2000, p.19) no caso Brasil a efetividade da legislação, deve ser acompanhada da implantação de políticas públicas adequadas, do enfrentamento de questões como o desemprego, da pobreza, da melhoria da qualidade do transporte público, etc., ou seja, “[...] é imprescindível que outros fatores de ordem sócio-econômica, cultural, política e administrativa contribuam para o gerenciamento adequado dos AT”, uma vez que a segurança no trânsito, “O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a

estes cabe, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito”. (BRASIL, 1997, n.p).

Afirma-se isto tendo em vista, como já visto anteriormente, as estatísticas alarmantes que se apresentam em relação aos acidentes de trânsito. São prejuízos altíssimos para a sociedade como um todo, e individualmente para as famílias e/ou sujeitos envolvidos. Tais prejuízos manifestam-se em danos sociais, econômicos, psicológicos, materiais, físicos (dos mais cruéis, que causam óbitos). Segundo Freire (2011), as infrações cometidas no trânsito têm como característica principal seu efeito imediato e o desrespeito às normas causam consequências devastadoras. Os autores ainda reforçam que os acidentes de trânsito são a principal causa de mortes no Brasil e que até 2020 os acidentes passarão da 9^a. para a 4^a. colocação em termos de óbitos pelo mundo.

Boas e Silva (2015), demonstram que a situação vem se agravando de tal forma que a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou junto à Assembleia Geral das Nações Unidas uma campanha que foi iniciada em 2011 com duração à idos de 2020, intitulada: “A Década de Ações para a Segurança no Trânsito”. O Brasil envolveu-se na campanha e por meio do “Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Pacto pela Vida”, aderiu as propostas e estratégias lançadas pela OMS, com fim de reduzir mortes e outros prejuízos por acidentes de trânsito nos próximos dez anos.

O que se observa a partir da discussão aqui realizada e dos dados apresentados é que as questões oriundas de acidentes de trânsito representam um grave problema de saúde pública. Além da importância de se tomar medidas no sentido de se preservar vidas, há um impacto significativo nos recursos da saúde e uma sobrecarga importante nos pronto-socorros públicos, principalmente no caso brasileiro. Como afirmam os autores:

[...] O impacto no setor de saúde não é menos significativo, especialmente nos países com renda baixa e média, havendo uma grande sobrecarga de pronto-socorros, principalmente dos setores de radiologia, fisioterapia e reabilitação. Em países ainda em desenvolvimento, as lesões no trânsito podem levar à metade da ocupação dos centros cirúrgicos, com índices de hospitalização entre 30% a 86% e, em média, 20 dias de internação.” (BOAS; SILVA, s.d, p. 116).

Esta realidade não é alheia ao estado de Sergipe. O Ministério da Saúde via Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), mostra a média de óbitos ocorridos no estado: 651 em 2012, 665 em 2013, 535 em 2014, 546 em 2015. Já o Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF) registrou 120 mortes em 2010, 97 em 2011 e 105 em 2012. Em 2017, o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) já contabiliza 100,29 mortes mensais. Conforme a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Aracaju (SMTT), Sergipe é o 4^o estado no Brasil que mais tem acidentes no trânsito, com maior incidência em

acidentes com motocicletas, são 17,6 óbitos para cada 10 mil motos.

O Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), na condição de maior hospital de urgência e emergência de Sergipe, é o que comporta a maioria das pessoas acidentadas. Quando da realização do estágio curricular obrigatório, foi possível observar por meio das visitas realizadas aos pacientes internados, dos registros nos prontuários, de relatos dos assistentes sociais que trabalham no internamento, como é significativa a admissão de pacientes vítimas de acidentes de trânsito. Além disso, o levantamento realizado junto a alguns setores do referido hospital mostrou que só no primeiro semestre de 2017, o HUSE recebeu 495 pacientes que sofreram acidentes automobilísticos e 3.638 pacientes vítimas de acidentes motociclísticos.

Observou-se, também, que o Serviço Social não desenvolve atividades que possam compreender melhor essa questão, não somente no sentido de desenvolver reflexões, mas também para contribuir na elaboração de políticas públicas mais amplas, uma vez que pode ter acesso a um arsenal de dados e informações das mais diversas sobre a questão dos acidentes de trânsito, pode ainda, no interior do hospital participar da elaboração de programas, projetos que possam contribuir junto aos pacientes e seus familiares com ações de prevenção e educação no trânsito e com discussões que mostrem as possíveis condicionantes e razões dos internamentos.

O Conselho Federal de Serviço Social (CEFSS), na Resolução n.º 383/99 de 29 de março de 1999, considera o assistente social um profissional da saúde, que “em sua prática profissional contribui para o atendimento das demandas imediatas da população”, devendo “facilitar o seu acesso às informações e ações educativas para que a saúde possa ser percebida como produto das condições gerais de vida e da dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas do País” (CEFSS, 1999, p. 1). Assim, inserido no contexto hospitalar, um dos níveis de atenção à saúde, não pode ficar alheio às diferentes expressões da questão social que nele se manifestam. Os acidentes de trânsito, que refletem diretamente na segurança do trânsito, é uma delas.

Tendo clareza de que não compete ao assistente social dar conta dos problemas ocasionados pela questão da segurança no trânsito, é importante fazer algumas reflexões sobre seu papel não só no sentido de compreender as mediações que se processam, mas também de pensar ações, como consta na referida Resolução, que contribuam para a melhoria da saúde. Ações educativas são apresentadas como uma dessas possibilidades e “consistem em orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população de determinada área programática”. (CEFESS/CRESS, 2010, p.54). Assim, “[...] compreende-se que o papel do profissional nesta área se dá por seu comprometimento com o fortalecimento da cidadania e democracia dos

usuários de serviços”. (SANTOS, 2017, p.27).

Desta forma, os profissionais inseridos neste espaço têm a possibilidade de fazer reflexões e discussões no sentido de clarificar os fenômenos que estão velados na realidade, acerca da segurança no trânsito, apresentando a necessidade desse direito ser efetivado, não só no ambiente hospitalar, quando a situação já ocorreu e carece de um tratamento adequado, mas também junto a outras instâncias sociais que devem ter como preocupação a garantia de direitos constitucionais. Como afirma Nogueira e Miotto (2001, p.5) a discussão sobre “[...] a expansão dos direitos da cidadania, a preocupação com a universalidade, com a justiça social e o papel do Estado na provisão da atenção social [...]” são princípios inerentes a atuação do assistente social.

Assim, é importante que os profissionais procedam discussões com os usuários dos serviços, mas também com outros profissionais, o que indica a necessidade de conhecer melhor a temática por meio do aprimoramento profissional, principalmente por ser um campo ainda pouco trabalhado pelos assistentes sociais e tendo em vista o caráter continuado de ações que tratem da matéria de segurança no trânsito. Com isso, o profissional de Serviço Social trabalha a dimensão pedagógica da formação, como instrumento importante que viabiliza ações sócio-educativas e “[...] enquanto elemento potencializador do conhecimento e, portanto, fio condutor para solidificação da cidadania de condutores e pedestres no trânsito [...]”. (SANTOS, 2017, p.41). Outrossim, convém salientar que as ações sócio-educativas precisam estar em sintonia com a realidade do indivíduo e fundamentadas na compreensão totalitária do sujeito (econômica, social, política, cultural, religiosa, etc).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e dados aqui apresentados tiveram como propósito suscitar algumas reflexões sobre a questão da segurança e os acidentes de trânsito, enquanto um dos mais graves problemas da sociedade contemporânea, com reflexos diretos não somente na vida das pessoas envolvidas, mas também com impactos importantes para a área da saúde. Além disso, é preciso compreender a temática no contexto da sociedade capitalista que na corrida pela produção e lucro influencia na forma de viver e pensar das pessoas, que acabam assimilando valores que reforçam a cultura do individualismo, do consumo de álcool, infringem regras, muitas vezes desconhecendo valores importantes que podem garantir o acesso mais tranquilo das pessoas.

Não se pode deixar de considerar o papel importante do Estado, em suas três instâncias, no sentido de promover políticas públicas que tratem com efetividade

as questões de segurança no trânsito, com a resolutividade que as demandas apresentadas requerem. É notória, portanto, a necessidade de desenvolver caminhos que possibilitem a melhoria do quadro estatístico apresentado. Nesse sentido, a educação no trânsito, desenvolvida em diversas instâncias sociais (escolas, escolas de trânsito, centros de saúde, etc), pode ser um dos caminhos a longo prazo, associada a diversas ações de caráter estrutural e permanente.

No âmbito do Serviço Social, tem-se um campo importante de atuação que deve ser analisado. Por ser um profissional que tem como objeto de intervenção a questão social em suas diferentes expressões, sua intervenção pode contribuir com discussões e ações que possam potencializar o conhecimento da temática e acesso aos direitos sociais. Para tanto, é preciso compreender a essência dos fenômenos, percebê-los na sociedade capitalista, permeada por contradições, de forma a entender suas determinações sócio-históricas. A importância dos assistentes sociais intervirem nesta realidade dá-se por sua capacidade crítica de perceber, discutir e pensar possibilidades, compreendendo os elementos mediadores de sua atuação. (MARTINELLI, 2007). Ademais, o profissional deve atentar-se para a importância de articular as dimensões essenciais do seu processo de formação e intervenção, ou seja, a técnico-operativa, a ético-política e a teórico-metodológica. Daí é fundamental se apropriar do referencial teórico, de forma a compreender a questão social em sua totalidade, qualificando o conhecimento para a intervenção, nesse caso em uma área que pode ser ampliada e descortinada com diversas possibilidades de atuação.

REFERÊNCIA

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** -1996. Disponível em: < <http://cress-mg.org.br/coletanea/Home/PDF/33>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BÔAS, E. F. V.; SILVA, A. S. TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS. In: **Humanidades**, v. 4, n. 2, jul. 2015. Disponível em: < http://www.revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a66.pdf >. Acesso em: 10 set. 2017.

BRUNS, C.B. et. al. Educar para o trânsito. **Curso de Formação de Condutores**. Disponível em: <http://www.educacaotransito.pr.gov.br/arquivos/File/arquivos/Comunidade/Educar%20para%20o%20Transito.pdf>. Acesso em: 20 set. de 2017.

BRASIL. 1997. **Lei Federal** nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 24 de setembro de 1997.

_____. Ministério da Saúde. Brasil é o quinto país no mundo em mortes por acidentes no trânsito <http://www.blog.saude.gov.br/35535-brasil-e-o-quinto-pais-no-mundo-em-mortes-por-acidentes-no-transito.html>. Brasília, 2015.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_

Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 13 abr. 2017.

FREIRE, R. T. S. **Trânsito**: um problema urbano. 2011. 86f. Trabalho de Conclusão. (Escola Politécnica), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Especialização em Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2011.

JESUS, O. F.; VIEIRA, L.C. **Educação**: um fator para mudar o trânsito. Aguari, s.d. Disponível em: < <http://imepac.edu.br/oPatriarca/v5/arquivos/trabalhos/ARTIGO05OSVALDO.pdf>> .Acesso em: 30 de ago. 2017.

KRUGER, T.R. Serviço Social e Saúde: espaços de atuação a partir do SUS. Serviço Social e Saúde. Seminário Estadual de Saúde. **Anais...** Campinas, v. 10, p.124-145, 2010.

MARIN, L.; QUEIROZ, M. S. A atualidade dos acidentes de trânsito na era da velocidade: uma visão geral. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n. 1, p.7-21, mar, 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100002>. Acesso em: 10 set. 2017.

MARIN, L. **Acidentes de trânsito, um problema de saúde pública**. Campinas, v.4, n.234, out. 2003. Disponível em: < http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/234pag04.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MARTINELLI, M.L. O exercício profissional do assistente social na área da saúde: algumas reflexões éticas. **Serviço Social e Saúde**. Campinas, v.6, n.6, 2007, v.6, p.21-35, mai. 2007.

MORAES, P.T.; SILVA, I.S. **Educação para o trânsito**: estratégia de ensino no nível superior. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/31-pos-grad.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

MOURA. Bruna Mariana Oliveira dos Santos. **Segurança no Trânsito**: uma questão de saúde pública. 2017. f.97. Relatório de Estágio Supervisionado (Graduação)Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2017.

SMTT-Superintendência Municipal de Transportes. **Sua escolha faz a diferença**. Aracaju: SMTT, 2017

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Global sobre o Estado da segurança viária 2015**. http://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2015/Summary_GSRRS2015_POR.pdf. Acesso em: dez.2017.

QUEIROZ, Marcos S.; OLIVEIRA, Patricia C. P.. **Acidentes de trânsito**: uma análise a partir da perspectiva das vítimas em Campinas. *Psicol. Soc.* Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200008&lng=en&nrm=isso> . Acesso em: 10 set. 2017.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-21. Disponível em :< <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidente 39, 272, 274

Adoção 48, 147, 237, 273, 274, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349

Adolescente 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 314, 340

Assistência Social 19, 20, 21, 24, 46, 47, 51, 53, 54, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 123, 124, 171, 223, 226, 249, 250, 252, 253, 260, 261, 264, 266, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 295, 296, 299, 314, 315, 320, 321, 323, 324, 350

Assistente Social 21, 54, 115, 168, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 225, 227, 230, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 281, 286, 287, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 305, 313, 314, 317, 320, 321, 322, 323, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 350

B

Bolsa Família 18, 63, 64, 66, 68, 70, 73, 74, 284

Brasil 1, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 121, 122, 126, 127, 130, 141, 142, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 186, 193, 209, 210, 211, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 229, 233, 237, 241, 242, 247, 249, 250, 253, 255, 257, 258, 264, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 280, 285, 291, 295, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 344, 345, 348

Brasileira 1, 4, 5, 7, 10, 12, 18, 20, 21, 34, 35, 39, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 55, 56, 58, 75, 78, 83, 96, 101, 102, 103, 104, 106, 113, 121, 123, 126, 127, 142, 144, 150, 153, 154, 160, 161, 163, 185, 191, 192, 193, 195, 207, 209, 210, 223, 231, 232, 233, 234, 237, 242, 248, 253, 257, 258, 281, 296, 300, 316, 317, 324, 338, 339, 342, 344, 346, 347, 348, 349

Brasileiro 2, 8, 9, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 35, 38, 40, 47, 48, 50, 58, 65, 66, 70, 98, 115, 121, 122, 124, 127, 142, 145, 150, 161, 167, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 229, 234, 235, 242, 253, 254, 255, 257, 259, 265, 266, 272, 273, 275, 277, 280, 296, 305, 338, 342, 344, 346, 348

C

Cidadania 14, 17, 18, 20, 24, 27, 29, 30, 32, 42, 44, 46, 55, 63, 67, 70, 74, 123, 124, 131, 132, 134, 140, 145, 163, 187, 214, 244, 278, 279, 291, 315, 318, 320, 323, 327

Classe 2, 3, 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 59, 62, 71, 76, 77, 79, 84, 86, 117, 118, 121, 125, 126, 127, 144, 145, 146, 150, 153, 154, 156, 157, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 180, 186, 211, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 255, 256, 257, 265, 286, 287, 291, 295, 301, 304, 306, 307, 308, 309, 326, 327, 329, 330, 333, 334, 335, 343, 348

Classes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 21, 28, 29, 31, 34, 39, 40, 43, 54, 57, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 145, 146, 148, 152, 153, 154, 160, 168, 178, 179, 180, 222, 232, 234, 242, 247, 306, 307, 308, 310, 311, 329, 333, 335, 348

Conservadorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 49, 122, 126, 209, 211, 226, 235, 238, 242, 291

Contrarreforma 57, 61, 104, 105, 114, 149, 220, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 242, 253, 266

Controle Social 53, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 94, 96, 97, 101, 110, 113, 123, 124, 156, 157, 159, 160, 162, 167, 168, 257, 266, 293, 318

Criança 65, 85, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 168, 314, 321, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348

D

Desigualdade 4, 21, 45, 56, 57, 59, 60, 62, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 227, 235, 237, 257, 258, 317, 330, 339

Dimensão 2, 3, 114, 118, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 219, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 247, 249, 251, 253, 255, 274, 279, 309, 323, 324, 329

Dimensão Investigativa 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210

Direitos 6, 12, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 68, 73, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 111, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 125, 126, 130, 145, 149, 156, 165, 166, 167, 169, 186, 189, 198, 201, 207, 211, 216, 219, 220, 224, 225, 229, 230, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 253, 257, 258, 271, 279, 280, 281, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 315, 318, 320, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 333, 334, 335, 336, 337, 347, 348, 350

Drogas 102, 131, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 321

E

EBSERH 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114

Educação 17, 18, 19, 20, 21, 58, 66, 67, 70, 71, 78, 89, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 106, 107, 110, 112, 113, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 186, 191, 193, 200, 214, 223, 226, 229, 242, 249, 250, 253, 258, 259, 264, 267, 270, 273, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 291, 314, 316, 317, 339, 340, 342

Encarceramento 155, 156, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 169

Escravidão 36, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55

Escravo 37, 38, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55

Estado 3, 6, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 48, 56, 62, 65, 66, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 86, 90, 96, 97, 101, 104, 105, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 142, 144, 145, 157, 159, 163, 165, 167, 168, 169, 180, 181, 182, 208, 211, 220, 221, 222, 233, 234, 235, 240, 244, 247, 255, 256, 258, 259, 260, 262, 263, 266, 268, 277, 279, 281, 284, 285, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 299, 304, 313, 314, 315, 316, 319, 320, 324, 327, 328, 329, 330, 333, 334, 335

Estágio 36, 42, 156, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 226, 269, 270, 278, 281, 284, 287, 289, 290, 301

F

Família 4, 18, 25, 28, 29, 31, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 81, 84, 90, 95, 96, 138, 146, 150, 153, 163, 167, 172, 174, 179, 181, 192, 205, 244, 252, 261, 278, 285, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 340, 347, 350

Formação 1, 2, 6, 7, 8, 14, 20, 25, 26, 30, 38, 47, 48, 49, 72, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 109, 113, 116, 118, 119, 130, 131, 132, 134, 135, 138, 140, 141, 144, 149, 153, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 241, 242, 249, 253, 270, 279, 280, 283, 285, 287, 290, 291, 293, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 310, 321, 323, 330, 341, 342, 343, 347

G

Gênero 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 85, 149, 156, 210, 220, 232, 235, 297, 303, 304, 311, 330

Gestão 4, 12, 17, 20, 30, 51, 70, 79, 80, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 124, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 149, 154, 170, 171, 174, 181, 187, 204, 226, 235, 245, 246, 248, 257, 262, 265, 267, 298, 299, 318, 321, 322, 324, 336, 347

H

Hegemonia 1, 5, 6, 8, 11, 19, 21, 115, 118, 119, 120, 125, 126, 156, 209, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 248

I

Ideologia 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 17, 18, 63, 72, 81, 115, 117, 118, 145, 236, 238, 295, 315, 341

Indicador 191, 243, 245, 249, 250, 252, 261, 323

Instrumentalidade 198, 199, 200, 202, 207, 251, 313, 314, 323

L

Luta 1, 3, 5, 6, 10, 13, 20, 31, 32, 38, 40, 41, 43, 54, 56, 58, 61, 74, 76, 77, 79, 84, 85, 86, 114, 125, 126, 127, 154, 156, 209, 219, 220, 221, 226, 227, 232, 234, 239, 242, 259, 306, 309, 310, 311, 334, 346, 348

M

Matricial 35, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100

Mercado de Trabalho 30, 52, 53, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 69, 70, 146, 147, 164, 185, 197, 214, 215, 216, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 273, 295, 296, 298, 315, 316

Microssseguro 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182

MST 224, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312

Mulher 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 72, 84, 127, 317

Multiprofissional 109, 208, 209, 213, 350

N

Negra 155, 157, 159, 160, 167, 168, 338, 339, 340, 341, 344, 345, 346, 347
Negras 167, 338, 339, 340, 341, 344, 346, 347
Negro 160, 341, 343, 344, 345, 346, 348, 349
Negros 145, 153, 162, 297, 339, 341, 345, 348, 349
Neoliberal 17, 18, 57, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 87, 104, 105, 114, 116, 122, 156, 163, 197, 219, 220, 223, 234, 235, 236, 238, 256, 257, 258, 259, 291, 295, 317, 326, 327, 328, 334, 335
Neoliberalismo 13, 40, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 104, 119, 122, 131, 160, 217, 218, 219, 224, 233, 234, 258, 286

P

Pedagógica 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 154, 191, 204, 279
PNH 88, 89, 92, 94, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113
Política 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 28, 30, 32, 33, 39, 41, 43, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 134, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 185, 186, 191, 197, 199, 201, 204, 205, 207, 209, 211, 214, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 261, 264, 266, 267, 276, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 292, 294, 295, 299, 300, 301, 304, 306, 308, 309, 310, 316, 318, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 336, 340, 348, 350
Política Social 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 32, 33, 78, 82, 84, 98, 101, 130, 170, 223, 225, 229, 241, 242, 254, 259, 267, 316, 322, 323, 324, 325, 350
Proibicionismo 155, 157, 159, 160, 161, 162, 166, 168
Proibicionista 157, 158, 160, 161, 162
Projeto Ético Político 114, 184, 185, 186, 190, 210, 211, 239, 287
Proteção Social 14, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 53, 77, 87, 108, 174, 175, 180, 249, 250, 258, 261, 262, 266, 313, 314, 315, 316, 318, 320, 324, 325

Q

Questão Social 10, 14, 15, 17, 26, 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 54, 55, 59, 77, 87, 102, 123, 127, 156, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 214, 218, 219, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 248, 250, 258, 267, 270, 278, 280, 286, 291, 295, 296, 298, 308, 318, 328, 329, 330, 334, 336

R

Racismo 122, 166, 226, 338, 339, 341, 343, 344, 346, 347, 348, 349
Reforma 13, 20, 21, 32, 42, 45, 50, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 70, 87, 90, 101, 102, 104, 105, 113, 114, 181, 182, 222, 231, 232, 233, 235, 241, 242, 255, 256, 259, 309, 310, 311, 332
Renda 13, 18, 32, 55, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 131, 146, 149, 167, 182, 262, 264, 272, 277, 288, 303, 316, 322

S

Saúde 17, 18, 19, 20, 21, 32, 38, 51, 66, 67, 75, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 120, 123, 131, 138, 148, 159, 161, 162, 165, 172, 180, 216, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 258, 259, 261, 263, 264, 266, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 286, 296, 314, 315, 316, 317, 321, 324, 329, 340, 350

Segurança 17, 30, 31, 38, 85, 100, 120, 159, 162, 163, 171, 180, 182, 239, 261, 262, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 300, 315, 316, 332

Serviço Social 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 21, 22, 23, 24, 32, 34, 44, 45, 46, 54, 55, 62, 73, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 113, 114, 115, 127, 153, 156, 168, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 311, 313, 314, 320, 321, 323, 324, 326, 327, 328, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 341, 347, 348, 350

Sociedade 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 67, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 108, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 141, 145, 147, 153, 154, 157, 159, 165, 168, 169, 181, 185, 190, 191, 196, 197, 207, 209, 210, 211, 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 247, 250, 253, 255, 257, 258, 259, 269, 270, 277, 279, 280, 285, 291, 296, 297, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 318, 322, 323, 324, 330, 333, 334, 335, 336, 338, 344, 345, 346, 347

Sociedade Civil 25, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 105, 106, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 139, 221, 222, 258, 296, 324, 333, 334

Sociojurídico 336, 337, 338, 347

Sócio jurídico 326, 327, 332

SUAS 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 15, 18, 20, 23, 26, 27, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 63, 64, 67, 68, 71, 74, 77, 82, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 106, 108, 109, 114, 117, 120, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 138, 140, 145, 148, 149, 152, 153, 156, 158, 160, 162, 167, 176, 177, 185, 187, 190, 197, 201, 211, 214, 220, 221, 222, 224, 226, 233, 236, 237, 245, 246, 248, 249, 251, 255, 257, 261, 263, 264, 267, 270, 271, 275, 279, 280, 284, 286, 289, 300, 302, 303, 306, 307, 310, 311, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 323, 334, 335, 339, 345

SUS 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 272, 281

T

Trabalho 2, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61,

62, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 120, 122, 131, 135, 137, 139, 140, 142, 146, 147, 152, 156, 159, 164, 167, 170, 173, 175, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342

Trânsito 68, 255, 259, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

 **Atena**
Editora

2 0 2 0